

Rio Araguaia

Exploração de diamantes afeta rio Araguaia (MT/GO)

DATA DE EDIÇÃO
13/06/2013

MUNICÍPIOS
GO - Baliza
GO - Itapuranga
MT - Ponte Branca

LATITUDE
-16,1444

LONGITUDE
-52,4738

SÍNTESE

Os municípios de Baliza, Itapuranga, em Goiás, e Ponte Branca, no Mato Grosso, têm sofrido com a ação devastadora das dragas que extraem diamantes do rio Araguaia. O lançamento de dejetos e óleo pelas dragas e o barulho promovido pelo deslocamento de rochas, que podem chegar a cinco toneladas, têm provocado a degradação ambiental do que é considerado o "mar goiano".

APRESENTAÇÃO DE CASO

Com uma paisagem deslumbrante, o rio Araguaia nasce na Serra do Caiapó, próximo ao Parque Nacional das Emas, em Goiás. É destaque pelas praias belíssimas e apresenta uma enorme variedade de peixes, aves e répteis. O rio faz a divisa natural entre os estados de Goiás e Mato Grosso e também é um importante vetor econômico, com a prática da pesca, navegação, turismo e geração de energia (MENEZES, 2011; IRAN, 2009).

A mineração também é destaque. A exploração de diamantes foi promotora do povoamento no Alto Araguaia e desenvolveu, desde o século XVIII, os municípios da região (AZEVEDO; DELGADO, 2002). Entre as cidades que têm um histórico de exploração de diamantes estão Baliza - 1.782 km² e 3.714 habitantes (IBGE, 2010a), Itapuranga -1.276 km² e 26.125 habitantes (IBGE, 2010b), em Goiás, e Ponte Branca - 685 km² e população de 1.768 pessoas (IBGE, 2010c), em Mato Grosso.

Em geral, as lavras de diamantes e demais gemas causam impactos ambientais como erosão e desmonte de rochas com acumulação de pilhas de cascalho que suprimem a vegetação. Também há construção de diques nos riachos e canais de água para a lavagem de cascalho, o que acaba por causar o assoreamento dos cursos d'água (BAXTER, 1988 apud AZEVEDO, DELGADO, 2002).



Draga de diamantes no rio Araguaia, no município de Baliza

No rio Araguaia, a exploração de diamantes tem sido feita com a utilização de dragas que potencializavam os efeitos negativos de destruição da natureza, o que tem levado diversos especialistas a apontar a necessidade de um estudo para verificar a compatibilidade dos garimpos com a região e estabelecer a forma como a atividade pode ser realizada. Ao longo da exploração de diamantes no Araguaia foram constatadas diversas irregularidades, como o lançamento no rio de alimentos e de mais de mil litros de óleo diesel e lubrificantes, diários, que causam alta mortandade de peixes (DIÁRIO DA MANHÃ, 2010b).

Além da poluição, as dragas movem pedras de até cinco toneladas das profundezas do rio e amontoam o material em um só lugar para extrair os diamantes. Este movimento produz correntezas violentas que deixam partes do rio rasas, atrapalhando os canoeiros da região (GUERREIROS DO ARAGUAIA, 2009). Quando as rochas são levantadas e derrubadas em outro local, causam um barulho ensurdecedor. Os motores das dragas, que ficam ligados dia e noite, causam destruição do rio e das próprias vidas de muitos garimpeiros que trabalham em péssimas condições (DIÁRIO DA MANHÃ

2010b).

No trecho em que a ação das dragas no rio permanece, a fauna aquática fica desabrigada, a exemplo do que ocorre nas proximidades da Área de Proteção Ambiental do Vale do Encantado (APA do Encantado) no município de Baliza (GO), que sustenta consideráveis exemplares da flora e fauna do Cerrado (DIÁRIO DA MANHÃ, 2009a). Desde 2008, são encontradas no rio, dentro da área de preservação ambiental, 52 dragas, que pertencem a três empresas, uma das quais possui autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para dragagem (IRAN, 2009).



Diamantes brutos

Como divide dois estados da Federação, o Araguaia é um rio federal e, dessa forma, qualquer atividade econômica em suas águas, como a extração de riquezas, exige liberação do órgão federal competente, no caso, o Ibama (MENEZES, 2011). Contudo, nem o Ibama ou o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) conseguiam explicar a concessão de licenças para atuação de dragas numa área de preservação ambiental como a APA do Encantado. Não há notícia de resultados concretos e eficazes acerca da averiguação sobre a expedição de licenças para o funcionamento das 52 dragas que estão instaladas na APA (DIÁRIO DA MANHÃ, 2010b).

Em 2009, o presidente da Agência Municipal do Meio Ambiente (Amma), Clarismino Júnior, afirmava que a cassação das licenças poderia ocorrer, caso fosse comprovado que os impactos ambientais promovidos pelas empresas mineradoras fossem maiores que os benefícios econômicos previstos inicialmente. Ele defendia a revisão das licenças e o estabelecimento de um novo regulamento para os garimpeiros (DIÁRIO DA MANHÃ, 2009b).

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) afirmava não autorizar a instalação das dragas e era taxativa em dizer que elas não deveriam estar instaladas na região. Numa das audiências realizadas para definir as alternativas mais acertadas para exploração do Araguaia, o secretário da Semarh, Roberto Freire, afirmou que “a atividade da exploração mineral é incerta” e que “a sociedade precisa discutir quais os impactos que o garimpo deixará como herança para o rio e para a população local”. Na ocasião, propôs que o secretário de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso se juntasse a ele com objetivo de emitir um relatório mostrando o efeito negativo das dragas no Araguaia. Sugeriu, ainda, uma ação conjunta com o Ibama-GO para fiscalizar as dragas (DIÁRIO DA MANHÃ, 2009b).

Já a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso (Sema-MT) afirmava não existirem registros de licença para dragagem no rio Araguaia. Contudo, mais abaixo da APA do Encantado, duas extratoras de diamantes teriam liberação da Sema para a dragagem, segundo o gerente de combate à degradação da Semarh, Luciano Henrique de Moura (MENEZES, 2011).

Nesta época, o Ibama considerava a atividade das dragas como de baixo impacto. Contudo, várias entidades eram contra essa avaliação, incluindo a Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmego), que afirmava através de seu representante, o juiz Átila Naves Amaral, que os estudos de impacto ambiental não eram levados a sério pelos órgãos ambientais, os quais esqueciam as questões ambientais e autorizavam a atividade econômica. A Asmego também denunciava a falta de uma fiscalização rígida sobre as atividades de dragagem no rio Araguaia (DIÁRIO DA MANHÃ, 2009d).

Nesse mesmo ano, como as águas da região de Itapuranga haviam abaixado de forma assustadora e estavam fora do nível normal, a população da região exigiu a imediata paralisação das dragas que poluíam todo o vale do rio Araguaia através de um abaixo-assinado - que obteve um milhão de assinaturas - enviado ao presidente da República, na época, Luiz Inácio Lula da Silva. As assinaturas começaram a ser recolhidas em setembro de 2009 em municípios como Itapuranga (GO), onde foram obtidas 10.000 adesões, e entregues em janeiro de 2010. O abaixo-assinado exigia paralisação total das dragas e compensação pelos danos ambientais já causados (DIÁRIO DA MANHÃ, 2010a).

A tentativa de retirar as dragas do rio Araguaia é antiga. Os empresários que têm máquinas em operação sempre ignoram fiscalizações e apreensões, enquanto os grupos de defesa do meio ambiente buscam formas efetivas e legais de eliminar os trabalhos de retirada de pedras preciosas, inclusive diamantes raros, de colorações diversas (MENEZES, 2010).

Desde 2009, Organizações Não Governamentais (ONGs), parlamentares, o Partido Verde (PV) de Goiás, a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Assembleia Legislativa de Goiás e outros agentes do governo, como a Semarh e a Amma, têm atuado contra a ameaça constante que o manancial tem enfrentado em virtude da presença das dragas. A Asmego também apoia a luta pelo fim da atividade devastadora das dragas, afirmando ser evidente que a atividade tem provocado, aos poucos, a morte do Araguaia (DIÁRIO DA MANHÃ, 2009c; DIÁRIO DA MANHÃ, 2009d). Da mesma forma, houve um esforço para comprometer o

Ministério do Meio Ambiente com a causa da preservação do rio e viabilizar ações conjuntas entre estados, prefeituras e União (DIÁRIO DA MANHÃ, 2009c).



Foto: Wagner Oliveira

Monumento em homenagem aos garimpeiros que exploram diamante no rio Araguaia

Ainda em 2009, as balsas localizadas entre Ponte Branca e Baliza (GO), principalmente na APA do Encantado, foram interditadas por não oferecerem condições de trabalho dignas e pela falta de registros trabalhistas. Na ocasião, a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Goiás propôs uma audiência pública visando discutir ações para salvar o rio Araguaia (DIÁRIO DA MANHÃ, 2009d).

A informação do DNPM, em 2009, de que novas licenças não seriam emitidas e nem renovadas foram consideradas animadoras (DIÁRIO DA MANHÃ 2009d). Em meados de 2010, 70 balsas que estavam em atividade no rio foram interditadas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, do Ministério do Trabalho (SRTE). Na época, foram lavrados 54 autos de infração, 27 de interdição; além de serem localizados 27 empregadores e 150 empregados (MENEZES, 2011).

Após os esforços da população, organizações civis e autoridades locais, a Justiça determinou, no primeiro semestre de 2011, a saída imediata das dragas e a suspensão de todo e qualquer tipo de trabalho de dragagem no Araguaia. Mais de 50 máquinas que realizavam as operações de dragagem foram lacradas e impedidas de manter qualquer atividade nas águas do rio (MENEZES, 2011).

Apesar de terem sido retirados os 52 equipamentos de dragagem no rio Araguaia, uma nova extratora foi encontrada no leito do rio em agosto de 2011, demonstrando a necessidade de fiscalização constante até os dias de hoje (LIMA, 2011).

Esses não foram os únicos problemas ambientais enfrentados na região. O rio vive também sob a ameaça da construção de diversas usinas hidrelétricas – já aprovadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e que devem ser construídas até 2014 (GUERREIROS DO ARAGUAIA, 2009).

Vários representantes das mais diversas instituições defendem que a exploração econômica dos garimpos no rio Araguaia precisa ser limitada. O presidente do PV de Goiás afirma que o turismo voltado para apreciação de ecossistemas em seu estado natural e a preservação da população nativa são mais lucrativos economicamente do que o garimpo. Contudo, alerta que até mesmo a visitação dos turistas deve ser controlada (DIÁRIO DA MANHÃ, 2009b; DIÁRIO DA MANHÃ, 2009c).

Ainda hoje é necessário que os estados de Goiás e Mato Grosso unam forças para preservar o Araguaia, pois do lado de Goiás tem-se a APA do Encantado onde há, teoricamente, maior fiscalização por parte das autoridades ambientais, mas do lado de Mato Grosso são encontradas apenas propriedades privadas, onde essa fiscalização é menor (GUERREIROS DO ARAGUAIA, 2009).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A exploração de diamantes recorrente no estudo de caso na bacia do rio Araguaia situa-se entre os municípios de Baliza (latitude 16°10’52”S e longitude 52°32’34”W) e Itapuranga (latitude 15°32’18”S e longitude 49°56’05”W) e Ponte Branca (latitude 16°27’00”S e longitude 52°40’00”W).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Adalberto Mantovani Martiniano de; DELGADO, Célio Cristiano. Mineração, Meio Ambiente e Mobilidade Populacional: um levantamento nos estados do Centro-Oeste. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, Minas Gerais, 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_PO30_Azevedo_texto.pdf. Acesso em: 13 dez. 2011.

DIÁRIO DA MANHÃ. Dragas discutidas na Câmara Federal. Goiânia, 06 jul. 2009a. Disponível em: http://site.dm.com.br/noticias/cidades/dragas-discutidas-na-camara-federal. Acesso em: 12 dez. 2011.

_____. Cidades: Luta contra dragas ganha novos parceiros. Goiânia, 06 jul. 2009b. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/1/noticia/bdade2cd5fc72ddccc340f51642583fe.html. Acesso em: 12 dez. 2011.

_____. Deputada vai propor audiência sobre o Araguaia. Goiânia, 29 ago. 2009c. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/1/noticia/f59d2210b2914a807aa95e4d1a90616f.html. Acesso em: 12 dez. 2011.

_____. Asmego declara apoio à luta contra as dragas. In: Portal do Ministério Público de Goiás, Goiânia, 5 set. 2009d. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/1/noticia/6e6cf728606da87ed0518b816e4fe5ba.html.Acesso em: 13 dez. 2011.

_____. Cidades - Um milhão de assinaturas contra dragas no Araguaia. In: Portal do Ministério Público de Goiás, Goiânia, 31 jan. 2010a.

Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/1/noticia/86cb99173f17b896b01b6e7592a9d110.html. Acesso em 13 dez. 2011.

_____. Presidente da República e a salvação do Araguaia. Goiânia, 27 fev. 2010b. Disponível em: http://site.dm.com.br/noticias/opiniao/presidente-da-republica. Acesso em: 12 dez. 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Baliza (GO). In: IBGE Cidades, 2010a. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em: 13 dez. 2011.

_____. Itapuranga (GO). In: IBGE Cidades, 2010b. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em: 13 dez. 2011.

_____. Pedra Branca (MT). In: IBGE Cidades, 2010c. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em: 13 dez. 2011.

GUERREIROS DO ARAGUAIA. Garimpo destrói rio Araguaia. Berohokã, Cuiabá, 13 jun. 2009. Disponível em: http://www.berohoka.com.br/Noticia/1,1570,0,0,0,0/Garimpo_destroi_rio_Araguaia.html. Acesso em: 13 dez. 2011.

IRAN, Leonardo. Licenças causarão impacto irreversível. Jornal Diário da Manhã, Caderno Cidades, Goiânia, 03 jul. 2009. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/1/noticia/244f9a3838130a0b26a84f90f2af0d93.html. Acesso em: 13 dez. 2011.
LIMA. Ivair. Dragas voltam ao Rio Araguaia. Diário da Manhã. Goiânia. 06 ago. 2011. Disponível em: http://www.matogrossogoiano.com.br/site/politica/ultimas-noticias/goias/6282-dragas-voltam-ao-rio-araguaia. Acesso em: 13 dez. 2011.
MENEZES, Jairo. Fiscais encontram dragas no Araguaia. Diário da Manhã, Goiânia, 15 ago. 2011. Disponível em: http://www.matogrossogoiano.com.br/site/politica/ultimas-noticias/goias/6990-fiscais-encontram-dragas-no-araguaia. Acesso em: 13 dez. 2011.